DECRETO Nº 8.348, DE 15 DE MARÇO DE 2006

ABRE Credivo Supervisório e da Regulação de Orçamento Financeiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as autorizações contidas nos Artigos 6º, 7º e 8º da Lei Municipal nº 922 e nos Artigos 4º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 921, ambas de 30 de dezembro de 2005, e os Artigos 25 e 26 da Lei Municipal nº 886, de 19 de julho de 2005,

DECLARA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta, crédito suplementar de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), à conta do Inciso II (Reestruturação nas respectivas categorias económicas), para reforço aos seguintes Programas de Trabalho:

180101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMED
12.361.1050.1100 - Implementação de Progr. e Projetos Pedagógicos
3.3.50.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
-0101 - R$ 70.000,00

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior fica automaticamente registrado no Tribunal de Contas do Município e será compensado, de acordo com as legislações atualmente em vigor, mediante anulação das despesas abaixo indicadas:

180101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMED
12.361.1050.2305 - Implementação da Educação Indígena
3.3.50.30 - Material de Consumo
-0101 - R$ 20.000,00
3.3.50.32 - Material de Distribuição Gratuita
-0101 - R$ 50.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos a 13 de março de 2006

Manaus, 15 de março de 2006.

JOSE MARIO FROTA MOREIRA
Prefeito Municipal de Manaus, em exercício

DECRETO Nº 8351, DE 17 DE MARÇO DE 2006

CRIA o Parque Municipal das Nascimentos do Mindu, com os limites que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, usando das atribuições que lhe são deferidas pelo artigo 8º, Inciso IV, da Lei Orgânicas do Município de Manaus, e

CONSIDERANDO o dever imposto ao Poder Público pelo artigo 225 da Constituição Federal, de defesa e conservação do meio ambiente ecológico caracterizado por meio de uso correto do povo e essencial à saúde pública e à existência das presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que para assegurar a efetividade desse princípio fundamental de direito humano se faz necessário, dentre outras providências, definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 33, parágrafo 5º, inciso II da Lei Federal nº 9.585, de 19 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

CONSIDERANDO a autorização expressa no Artigo 33, Inciso X, da Lei Municipal nº 605, de 24 de junho de 2001, que institui o Código Ambiental do Município de Manaus;

CONSIDERANDO que os parques municipais pertencem ao grupo de unidades de conservação de proteção integral, destinando-se à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológico, belezas cênicas, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta.

DECLARA:

Art. 1º Cria o Parque Municipal das Nascimentos do Mindu, Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada na Comunidade Santa Bárbara, UES Jorge Teixeira, com área total de 161.625,75 m² e perimetral de 1.895,75 m lineares, e os seguintes limites e medidas:

NORTE: Por uma linha de quebra e oito metros (80,00 m) no Rumo Oeste/Leste com a Rua Jacipim, para onde faz frente, sessenta metros e trinta e três centímetros (60,33 cm) no Rumo Sul/Norte com a quadra B3 mais trezentos e noventa oito metros e trinta e cinco centímetros (398,35 cm) no Rumo Oeste/Leste com a Rua Beija-Flor, para onde também faz frente, mais oitenta e sete metros (87,00 cm) no Rumo Sul/Norte com a quadra C2 mais quatro centímetros (4,00 cm) no Rumo Oeste/Leste, mais setenta e seis metros (76,00 cm) no Rumo Sul/Norte com a Rua Beija-Flor, para onde também faz frente, mais oitenta e oito metros e cinqüenta centímetros (88,50 cm) no Rumo Oeste/Leste com a quadra D1.

SUL: Por uma linha de oitenta e três metros (83,00 m) no rumo Oeste/Leste com a Rua São Cristóvão, para onde também faz frente, mais cento e vinte e dois metros e quarenta e cinco centímetros (222,45 cm) no Rumo Sul/Norte com a quadra C3, Rua São Francisco para onde também faz frente e Quadra C2, mais quarenta e quatro metros (44,00 cm) no Rumo Oeste/Leste com quadra C2, mais cento e trinta e três metros (133,00 cm) no Rumo Oeste/Leste com a Rua São Francisco, para onde também faz frente e quadra D3.

LESTE: Por sete linhas, a primeira de quarenta e cinco metros e quarenta centímetros (45,40 cm), a segunda de quarenta e cinco metros e cinquenta centímetros (45,50 cm), a terceira de cem e vinte e dois metros e cinquenta centímetros (122,50 cm), a quarta de sessenta metros e trinta e cinco centímetros (60,35 cm), a quinta de oitenta e dois metros e setenta e dois centímetros (82,72 cm) a sexta de sessenta e três metros (63,00 cm) no Rumo Norte/Sul com a quadra D1.

OESTE: Por uma linha de cem e setenta metros (107,00 m) no Rumo Norte/Sul com a quadra B4 mais sessenta e seis metros (66,00 cm) ainda no Rumo Norte/Sul com a Rua São Cristóvão e Guará B4, mais noventa metros (90,00 cm) mais cento e cinquenta metros (150,00 cm), mais oitenta metros (80,00 cm) no Rumo Oeste/Leste, mais cento e vinte e cinco metros (225,00 cm) no Rumo Sul/Norte com a Rua Andorinha, para onde também faz frente; (Desmembrada de uma Área maior).

Art. 2º O Parque Municipal das Nascimentos do Mindu tem por finalidades específicas:

I - proteger e preservar amostras de ecossistemas existentes nas nascimentos do Igarapé do Mindu;

II - garantir a proteção dos atributos ambientais existentes no Parque, especialmente as três nascimentos do Igarapé do Mindu;
DECRETO N° 8.352, DE 17 DE MARÇO DE 2006

REGULAMENTA dispositivos do Plano Diretor Urban-o e Ambiental de Manaus (Lei nº 671/02) referentes à criação de Corredores Ecológicos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso da competência que lhe confere o artigo 89 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, e

CONSIDERANDO o dever imposto ao Poder Público pelo Art. 225 da Constituição Federal, de defesa e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à vida do homem e à existência das preservações e futuras gerações;

CONSIDERANDO que para assegurar a efetividade desse princípio fundamental de direito humano é necessária, dentre outras providências, a criação de Corredores Ecológicos e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2º, inciso XIX da Lei nº 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza c/c o Art. 1º da Resolução CONAMA nº 03/98;

CONSIDERANDO que, segundo definição legal, os corredores ecológicos são porções de ecossistemas naturais e seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genos e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a reconstituição de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquelas das unidades individuais;

CONSIDERANDO que o principal problema para a implantação de Corredores Ecológicos é a fragmentação dos ecossistemas causada principalmente por ações antigas que separaram áreas ainda favoráveis ecológica e ecologicamente a determinadas espécies;

DECRETA:

Art. 1º Os Corredores Ecológicos Municipais são porções de ecossistemas naturais e áreas de interesse ou áreas alocadas que integram espaços territoriais especialmente protegidos.

Art. 2º Os Corredores Ecológicos Municipais têm a função de permitir o fluxo genético e o movimento da biota entre estes espaços, facilitando a dispersão de espécies e a reconstituição de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquelas das áreas individuais.

Art. 3º São considerados Corredores Ecológicos Municipais os espaços territoriais especialmente protegidos, as áreas de interesse ecológico, os cursos d'água e as matas ciliares, na forma deste Decreto.

§ 1º A criação dessas áreas é um projeto importante do Plano Diretor Municipal de Manaus.

§ 2º As margens dos cursos d'água são terrenos não edificados, na faixa de preservação permanente de no mínimo 30 metros ou mais extensos, sempre que o órgão ambiental responsável considerar necessário.

§ 3º As margens dos cursos d'água que não apresentam mata ciliar serão objeto de projetos ambientais prioritariamente, visando à recuperação da vegetação, sempre que possível.

§ 4º A supressão total ou parcial dessas áreas implica em infração gravíssima, à qual será anotada multa pecuniária de no mínimo 501 (quinientos e uma) e no máximo 100.000 (cem mil) Unidades Fiscais do Município, conforme art. 131, parágrafo 1, inciso IV da Lei nº 660, de 24 de julho de 2001.

Art. 4º Nos Corredores Ecológicos Municipais só serão permitidas a realização de obras e infra-estrutura para implantação de áreas de lazer compatíveis com a preservação ecológica.

Parágrafo único – As obras a que se refere este artigo só poderão ser realizadas com licença ambiental expedida pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente e exclusivamente nas áreas já alteradas, desde que reconhecidas não possam sofrer recuperação ecológica.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Manaus, 17 de março de 2006.

SERAFAIM FERREIRA CORRÊA
Prefeito Municipal de Manaus

DECRETO N° 8.353, DE 21 DE MARÇO DE 2006

ABRE Crédito Suplementar que especifica no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as autorizações concedidas nos arts. 6º, 7º e 9º da Lei Municipal nº 522 e nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 521, ámbios 30 de dezembro de 2005, observados os arts. 25 e 26 da Lei Municipal nº 860, de 19 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta, créditos suplementares de R$ 7.150.000,00 (Sete milhões e cem reais) para: R$ 7.150.000,00 a conta do Inciso I (Rémanentamento de despesas com pessoal), e R$ 7.150.000,00 a conta do Inciso II (Rémanentamento nas respectivas categorias econômicas), como reflexo aos seguintes Programas de Trabalho: